

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2014
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2014

Data da Formalização	19 de março de 2014
Data da Abertura dos Envelopes	25 de abril de 2014
Data Encerramento (previsão)	25 de abril de 2014

PREÂMBULO

LUCIANA GUIMARÃES ALVES
CASACA, Prefeita Municipal de Quatá/SP, no uso de suas atribuições legais, comunica a quantos possa interessar que se encontra aberto, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o Processo Licitatório Nº 014/2014, na modalidade Concorrência Pública Nº 004/2014, que se realizará na forma do presente Edital, de acordo com as exigências da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações.

1.0 – DO OBJETO:

1.1. – Pelo presente, solicitamos aos interessados, que nos seja enviada proposta para o atendimento ao objeto do certame, ou seja: concessão de uso remunerado, pelo prazo de 02 (dois) anos, de 01 (um) prédio de alvenaria, (06) seis quiosques e (06) seis sombreiros localizado no Balneário Municipal de Quatá, para exploração comercial, cujo valor mínimo mensal é de R\$ 200,00 (duzentos reais), **de acordo com o Anexo I, deste Edital.**

2.0 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. – Podem participar desta licitação todos os interessados que preencham as condições exigidas no presente Edital, e que:

- a) Não tenham sido declaradas inidôneas para contratar com o Poder Público;
- b) Não estejam em processo de falência ou recuperação judicial; e
- c) Não estejam proibidas de transacionar com o Poder Público.

2.2. – É vedada a participação de empresas em consórcio.

3.0 – DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS:

3.1. – Os envelopes contendo os documentos de Habilitação e Proposta de Preços, deverão ser entregue na Prefeitura Municipal de Quatá/SP, até às **14h00min do dia 25 de abril de 2014**, separadamente, tendo o primeiro envelope o subtítulo HABILITAÇÃO e o segundo envelope o subtítulo PROPOSTA DE PREÇOS, os quais deverão ser lacrados e conter em uma das partes a Razão Social da empresa ou o nome da Pessoa Física os seguintes dizeres:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2014
ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2014
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS**

3.2. – O Envelope Nº 01 – HABILITAÇÃO, deverá conter obrigatoriamente, os documentos relacionados no ANEXO II deste Edital, os quais deverão ser apresentados em cópias acompanhadas de seus respectivos originais ou cópia autenticada por Cartório Competente;

3.3. – O Envelope Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS, deverá conter, obrigatoriamente, o item discriminado no ANEXO I, deste Edital, em folhas numeradas e rubricadas, sem emendas, rasuras ou ressalvas;

3.4. – Constam, igualmente, no ANEXO III as condições e os demais detalhamentos necessários ao fornecimento da proposta de preços;

3.5. – A apresentação da proposta de preços, será considerada como evidência de que o proponente examinou criteriosamente os documentos deste Edital, e julgou-os suficientes para a elaboração de proposta voltada ao objeto licitado em todos os seus detalhamentos, bem como avaliou as condições do prédio ora objeto desta Licitação.

4.0 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. – A abertura dos envelopes dar-se-á às **14h00min do dia 25 de abril de 2014**, nas dependências da Prefeitura Municipal de Quatá/SP.

5.0 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

5.1. – A competente classificação da proposta de preços será determinada através do critério de maior preço mensal pelo item, à vista de que esta Licitação é do tipo de MAIOR LANCE OU OFERTA;

5.2. – No caso de empate entre dois ou mais licitantes, a Comissão de Licitação realizará sorteio entre as mesmas, para a definição do vencedor e demais classificados, se forem mais de dois empatados;

5.3. – Será julgada desclassificada a proposta da licitante que não atender integralmente as exigências contidas neste Edital, principalmente aquelas descritas no ANEXO III.

6.0 – DO PROCEDIMENTO:

6.1. – No dia, horário e local indicados no subitem 4.1. deste Edital, em sessão pública, a Comissão de Licitação procederá o recebimento dos Envelopes e, em seguida, efetuará a abertura do Envelope N° 01 – HABILITAÇÃO;

6.2. – Nas sessões públicas, o licitante poderá se fazer representar por procurador ou pessoa devidamente credenciada em instrumento escrito firmado pelo representante legal da mesma, a que sejam conferidos amplos poderes para representá-la em todos os atos e termos do procedimento licitatório;

6.3. – No caso de representação, o procurador ou pessoa credenciada deverá exhibir o instrumento que habilita a representar o licitante, antes do início dos trabalhos de abertura dos Envelopes;

6.4. – Se o portador dos envelopes não detiver instrumento de representação ou este não atender ao disposto no subitem 6.2., tal pessoa ficará impedida de se manifestar sobre quaisquer fatos relacionados com a presente Licitação;

6.5. – Não serão aceitos envelopes abertos, ou proposta de preços via telex, correio, fac-símile ou email;

6.6. – Nesta mesma reunião, a critério da Comissão de Licitação, poderão ser analisados os documentos contidos no Envelope N° 01 – HABILITAÇÃO

e anunciado o resultado da habilitação ou designados dia e hora certa para a divulgação;

6.6.1. – Será julgada inabilitada a licitante que:

- a) Deixar de atender a alguma exigência constante neste Edital, especialmente aquelas referidas no ANEXO II;
- b) Colocar documentos em envelopes trocados;
- c) Não apresentar, no prazo definido pela Comissão de Licitação, os eventuais esclarecimentos exigidos.

6.7. – Uma vez proferido o resultado da habilitação, e desde que tenha transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos, serão devolvidos os envelopes PROPOSTA DE PREÇO, fechados, aos participantes inabilitados, diretamente ou pelo correio;

6.8. – Após a devolução supramencionada, será procedida a abertura dos envelopes PROPOSTA DE PREÇOS, dos participantes habilitados, sendo os documentos neles encontrados, verificados e rubricados pelos membros da Comissão e participantes;

6.9. – Das reuniões realizadas para a abertura dos envelopes, bem como a daquelas realizadas em sessões reservadas da Comissão, serão lavradas Atas Circunstanciadas.

7.0 – DAS RESPONSABILIDADES:

7.1. – A responsabilidade do vencedor é integral para a execução do objeto da presente Concorrência Pública, nos termos do Código Civil Brasileiro.

7.2. – Correrão por conta do vencedor:

7.2.1. – Exclusivamente todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da contratação, objeto desta licitação.

7.2.2. – As contribuições devido o Instituto Nacional de Seguridade Social.

7.2.3. – Exclusivamente todos os encargos trabalhistas, prêmios de seguros e de acidentes de trabalho, emolumentos e demais despesas necessárias.

7.2.4. – Todas as despesas referentes as despesas com energia elétrica, água, telefone, etc., que recaiam sobre o imóvel concedido.

7.3. – O vencedor é responsável pela limpeza e conservação do imóvel, dos banheiros, dos quiosques e da área que abrange os mesmos.

7.3.1 – O vencedor deverá providenciar a pintura, bem como os reparos necessários por ocasião do ingresso do imóvel, bem como por ocasião do fim da contratação

7.4. – O vencedor, quando da entrega do imóvel, deverá o fazê-lo nas mesmas condições em que se encontra, ou seja, em perfeitas condições de uso.

8.0 – DOS RECURSOS, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO:

8.1. – Das decisões proferidas pela Comissão de Licitação, caberão os recursos previstos na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

8.2. - Uma vez proferido o julgamento pela Comissão e decorrido "*in albis*" o prazo recursal, ou tendo havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos, o processo licitatório será encaminhado a Senhora Prefeita Municipal, para competente deliberação.

9.0. – DO CONTRATO DE CONCESSÃO:

9.1. – Será o respectivo contrato, regido por suas cláusulas e preceitos de direito público, aplicando supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

9.2. – Deverá ser obedecido um prazo de 10 (dez) dias da data da abertura das propostas, até o dia da assinatura do respectivo contrato, no qual será observado o prazo para a interposição de recursos, a quem interessar interpor os mesmos.

9.3. – No caso de descumprimento das exigências contratuais, a parte infracionária estará sujeita a uma multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

9.4. – O valor do aluguel mensal será o da melhor proposta para a Administração Pública, ou seja, valor mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais) podendo ser reajustado, anualmente, pelo INPC do IBGE ou índice que povertura venha a substituí-lo.

9.5. – O valor mensal do aluguel estipulado sofrerá uma redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor nos meses de maio a agosto, em razão do baixo fluxo de frequentadores do Balneário Municipal em razão do inverno.

9.6. – O contrato de Concessão poderá ser rescindido nas condições da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações, bem como prorrogado por mais 02 (dois) anos, de acordo com a conveniência da Administração Pública.

10.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1. – Aplicam-se a este Edital as disposições da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações, que regulamenta as Licitações promovidas pela Administração Pública;

10.2. – Outros esclarecimentos poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de Quatá/SP, á Rua General Marcondes Salgado, Nº 332, no horário de expediente, ou seja, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, com até 01 (um) dia antes da abertura dos envelopes de habilitação e da proposta de preços ou pelos telefones (0**18) 366-9500.

Quatá/SP, 19 de março de 2014.

LUCIANA GUIMARÃES ALVES CASACA
Prefeita Municipal

ANEXO I

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº / 2014

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO MENSAL
001	Concessão de Uso Remunerado, pelo prazo de 02 (dois) anos, de 01 (um) prédio de alvenaria, 06 (seis) quiosques e 06 (seis) sombreiros, localizado no Balneário Municipal de Quatá, cujo valor mínimo mensal é de R\$ 200,00 (duzentos reais) para a exploração do mencionado prédio e quiosques.	

Obs:-

Referente aos quiosques com churrasqueira e aos sombreiros so poderão ser utilizadas após a liberação do convênio.

ANEXO II
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº / 2014

ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO

PESSOA JURÍDICA

- 1) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 2) Contrato Social e suas alterações (se houver); ou ato constituto de pessoa jurídica nos termos da lei;
- 3) Prova de regularidade relativa ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante certificados correspondentes;
- 4) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, da sede da Licitante, na forma da Lei;
- 5) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – (CNDT) ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011.

PESSOA FÍSICA

- 1) Cédula de identidade;
- 2) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 3) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do local da residência do Licitante;
- 4) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – (CNDT) ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011.

OBS: os documentos deverão ser apresentados em cópias juntamente com os respectivos originais e ou cópias autenticadas por Cartório Competente.

ANEXO III
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº / 2014

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

DA CARTA PROPOSTA

O licitante deverá apresentar sua proposta em carta devidamente assinada de cunho próprio ou por seu representante legal, na qual, necessariamente fará constar:

- a) Valor mensal para o item, de acordo com o ANEXO I;
- b) O prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da realização desta Licitação;
- c) Prazo e condições para o pagamento;
- d) Assinatura do representante legal da empresa ou da pessoa física (se for o caso).

ANEXO IV
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº / 2014

PROCESSO Nº/ 2014
CONCORRÊNCIA Nº .../ 2014
CONTRATO Nº/ 2014

**MINUTA DE CONTRATO QUE ENTRE
SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
QUATÁ E _____,
VISANDO A CONCESSÃO DE USO
REMUNERADO, PELO PRAZO DE 02
(DOIS) ANOS, DE 01 (UM) PRÉDIO
DE ALVENARIA, 06 (SEIS)
QUIOSQUES E 06 (SEIS)
SOMBREIRO, LOCALIZADO NO
BALNEÁRIO MUNICIPAL DE QUATÁ
PARA A EXPLORAÇÃO COMERCIAL.**

O Município de Quatá, com sede na cidade de Quatá, Estado de São Paulo, na Rua Gal Marcondes Salgado, Nº 332, centro, inscrito no MF, com CNPJ Nº 44.547.313/0001 – 30, neste ato representada por sua Prefeita Municipal, Senhora **LUCIANA GUIMARÃES ALVES CASACA**, brasileira, casado, professora III, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º 18.912.017 - SSP/SP, e do CPF/MF n.º 127.421.088-74, residente e domiciliado na Av. Rui Barbosa, n.º 455, na cidade de Quatá, do Estado de São Paulo, que este subscreve, daqui para frente denominada simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado, (pessoa ou empresa), inscrita no (CNPJ ou CPF) sob n.º, (com sede ou residente) à Rua n.º, no Município de, no Estado de, neste ato representada pelo Senhor, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º, e do CPF/MF n.º domiciliado na, n.º no Município de, Estado de

1.0 – DO OBJETO:

1.1. - Constitui objeto do presente contrato a Concessão de Uso Remunerado, pelo prazo de 02 (dois) anos, de 01 (um) prédio de alvenaria, 06 (seis) quiosques e 06 (seis) sombreiros, localizado no

Balneário Municipal de Quatá, para a exploração comercial, pelo valor mensal de R\$

2.0. – DO PRAZO E INÍCIO

2.1. – O prazo deste Contrato será de 02 (dois) anos, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado somente uma e única vez pelo mesmo período.

3.0 – DA REFORMA E MELHORIA

3.1. - O CONCESSIONÁRIO não poderá fazer qualquer tipo de reforma ou melhoria, sem prévia autorização da CONCEDENTE, sob pena de desfazê-las e voltá-las à situação de origem, devendo apenas fazer a manutenção da limpeza do local, em uma distância de 100 M² (cem metros quadrados) em torno do imóvel e ainda a limpeza dos banheiros e quiosques existentes no local.

3.1.2 – O vencedor deverá providenciar a pintura, bem como os reparos necessários por ocasião do ingresso do imóvel, bem como por ocasião do fim da contratação.

4.0. – DA TRANSFERÊNCIA

4.1. – A presente concessão de uso remunerado é transferível por ato *inter vivos* ou por sucessão legítima ou testamentária, revertendo o imóvel ao patrimônio público caso o CONCESSIONÁRIO ou seus sucessores, não derem o uso prometido ao imóvel, desviando-se de sua finalidade contratual.

4.2 – A transferência, da referida Concessão de Uso Remunerado, para terceiros, somente poderá ser efetuado com a autorização expressa da CONCEDENTE, todavia tornando-se nula a transferência se nela não constar a autorização supra citada.

5.0 – DA REMUNERAÇÃO

5.1. – A remuneração será feita todo dia 30 (trinta) de cada mês, devendo o CONCESSIONÁRIO recolher para os cofres públicos a quantia de R\$(.....) mensais, conforme proposta feita pelo CONCESSIONÁRIO (Concorrência Pública N° 004/2014), onde será expedida pela CONCEDENTE a devida guia de recolhimento á título de comprovante de pagamento, podendo ser reajustado anualmente pelo INPC do IBGE ou índice que povertura venha a substituí-lo.

5.2. – O valor mensal do aluguel estipulado sofrerá uma redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor nos meses de maio a setembro, em razão do baixo fluxo de frequentadores do Balneário Municipal em razão do inverno.

6.0 - DA RESCISÃO

6.1. – A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral da CONCEDENTE, amigavelmente, por acordo entre as partes e, judicialmente, observando o disposto nos Artigos 78, 79 e 80 da Lei Federal N° 8.666/93 e suas alterações.

7.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. – As partes submetem-se as normas da Lei Federal N° 8.666/93 e suas alterações, cujos dispositivos, complementados pelo disposto no Edital deste procedimento licitatório e demais disposições legais pertinentes, fundamentarão a solução dos casos omissos.

8.0 – DO FORO

8.1. – As partes elegem o Foro da Comarca de Quatá, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou que venha a ser.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, que assinam juntamente com as testemunhas presentes, abaixo nomeadas e identificadas.

Quatá/SP, de de 2014.

**LUCIANA GUIMARÃES ALVES CASACA
PREFEITA MUNICIPAL
CONCEDENTE**

.....
CONCESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

NOME:
R.G..:

NOME:
R.G..: